

Nº 209

ELEMENTOS DE UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO
DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Prof. Antônio Salazar Pessoa Brandão
e
Eliseu Alves

Fevereiro de 1993

01/02/1993

Versão Preliminar Para Discussão

Elementos de uma Estratégia Para o Desenvolvimento Da Agricultura Brasileira

Antônio Salazar P. Brandão*

e

Eliseu Alves**

*** Professor da Escola de Pós Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas**

**** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**

Elementos de uma Estratégia Para o Desenvolvimento da Agricultura Brasileira

1. Introdução

A década de 1980 caracterizou-se pelo baixo crescimento econômico, pelo crescente descontrole fiscal e monetário, materializado na elevação das taxas de inflação ao longo do período, e pelo empobrecimento de uma enorme parcela da população brasileira. As políticas econômicas setoriais tornaram-se escravas da instabilidade macroeconômica, a qual também contribuiu para reduzir o horizonte de planejamento do governo e os investimentos na produção de bens públicos.

A nova década iniciou-se de forma desastrosa. Programas de estabilização mau concebidos, economia em recessão e muita incerteza quanto à factibilidade de se realizarem as reformas econômicas e institucionais necessárias para possibilitar a retomada do desenvolvimento. Não obstante, existem indícios inequívocos de que a sociedade brasileira deseja tais reformas. Este trabalho se assenta na convicção de que esta aspiração se concretizará e apresenta um esboço de alguns elementos de uma estratégia de política econômica para o setor agrícola. A importância estratégica do setor como produtor de alimentos e fonte de divisas externas o coloca em posição privilegiada para contribuir na tarefa de recolocar a economia na trilha do desenvolvimento econômico, ainda que sua contribuição direta (excluindo portanto o processo de comercialização) para a renda nacional seja relativamente pequena em termos quantitativos.

O principal objetivo do artigo é apresentar algumas propostas para a reformulação da política agrícola visando a promoção do crescimento econômico, a melhoria da distribuição de renda e a redução dos níveis de pobreza. Sua organização é a seguinte: a próxima seção contém uma breve análise das principais características da agricultura e da política agrícola brasileiras, a seção 3 apresenta uma análise dos principais desafios com que se defronta o setor e se constitui no referencial para que, na seção 4, sejam apresentadas as sugestões de política. Um breve sumário e conclusões aparecem na seção 5.

2. Algumas Características da Agricultura e da Política Agrícola no Brasil

A Tabela 1 contém indicadores da posição relativa do setor agrícola na economia e sua evolução no tempo. À semelhança do que ocorreu na maioria dos países desenvolvidos, a parcela da agricultura na renda nacional e a participação da agricultura no emprego diminuíram com o crescimento da economia. O esforço de diversificação das exportações, iniciado no final dos anos 60, provocou grande redução da participação da agricultura no valor total das exportações, porém o setor ainda detém uma elevada parcela de nossas vendas externas.

Tabela 1
Características Estruturais da Agricultura Brasileira

Períodos	Participação da Agricultura na Renda	Participação da Agricultura no Emprego*	Participação das Exp. Agr. no Total das Exportações	Taxa de Crescimento Média do Produto Real
50/59	19	61	91	4.4
60/69	16	55	84	3.8
70/79	11	44	61	4.0
80/87**	11	30	41	3.2

* Dados Censitários referindo-se aos anos de 1950, 1960, 1970 e 1980 respectivamente.

** A última coluna refere-se ao crescimento no período 80/91.

O crescimento do produto real do setor a partir de 1950 foi, em média, da ordem de 4 por cento, taxa que pode ser considerada satisfatória; poucos países conseguiram manter taxas desta magnitude por período tão longo. A disponibilidade interna de alimentos, em consequência, atendeu ao crescimento da demanda. As crises de abastecimento foram confinadas a alguns produtos e a determinados momentos.

A principal fonte de expansão da oferta no período pós guerra foi a incorporação de novas áreas

(Alves e Contini, 1988). Este padrão no entanto mudou significativamente nas décadas de 70 e 80, e naquela última praticamente a fronteira deixou de crescer e o incremento da produtividade da terra explicou o crescimento da produção. Grandes incrementos de produtividade da terra se materializaram não só para culturas (assim chamadas) de exportação (algodão, cacau, café, cana de açúcar, soja e laranja) como também para aquelas que constituem parte importante da dieta da população, como o arroz e o trigo. Mandioca e feijão entretanto ainda se constituem em importantes excessões.

Os preços recebidos pelos produtores variaram de forma acentuada nas duas últimas décadas. No começo dos anos 80 eles caem (ver Figura 1), para em seguida subir (ainda que com grandes oscilações) até o final de 1986 e novamente cair a partir daí. Pode-se observar facilmente a existência de grande sazonalidade no seu comportamento: eles sobem durante a entressafra no centro-sul, por volta do segundo semestre do ano. Há também casos de subidas agudas de preços devido a problemas específicos (secas, enchentes, problemas na comercialização, "planos heterodoxos" de estabilização e outros). Não obstante, no final da década de 80 os preços agrícolas encontram-se bem abaixo daqueles verificados em meados dos anos 70, quando os mercados internacionais de "commodities" experimentaram grande excitação. A tendência declinante nos preços agrícolas pode ser facilmente visualizada através da média móvel de cinco anos que também aparece na Figura 1.

Apesar da baixa taxa de crescimento da economia na década de 1980, o produto real da agricultura manteve-se relativamente próximo de sua tendência histórica (ver Tabela 1). Acoplada à queda real nos preços de alimentos, esta expansão impediu reduções ainda maiores nos padrões de vida e bem estar dos consumidores urbanos, principalmente os de baixa renda (Dias, 1988; Goldin e Rezende, 1990).

A Política Agrícola

A política comercial contribuiu substancialmente para reduzir a rentabilidade da atividade agropecuária em praticamente todo o período pós-guerra. A supervalorização cambial e a proteção à indústria constituíram-se em impostos implícitos sobre o setor (Alves e Pastore, 1978). Ademais,

preocupações com o abastecimento do mercado interno levaram praticamente todos os governos a adotar restrições quantitativas às exportações de produtos agrícolas e controle de preços nos centros urbanos. Estas políticas tiveram impactos negativos sobre a produção e a produtividade e contribuíram para uma menor participação da agricultura nas exportações.

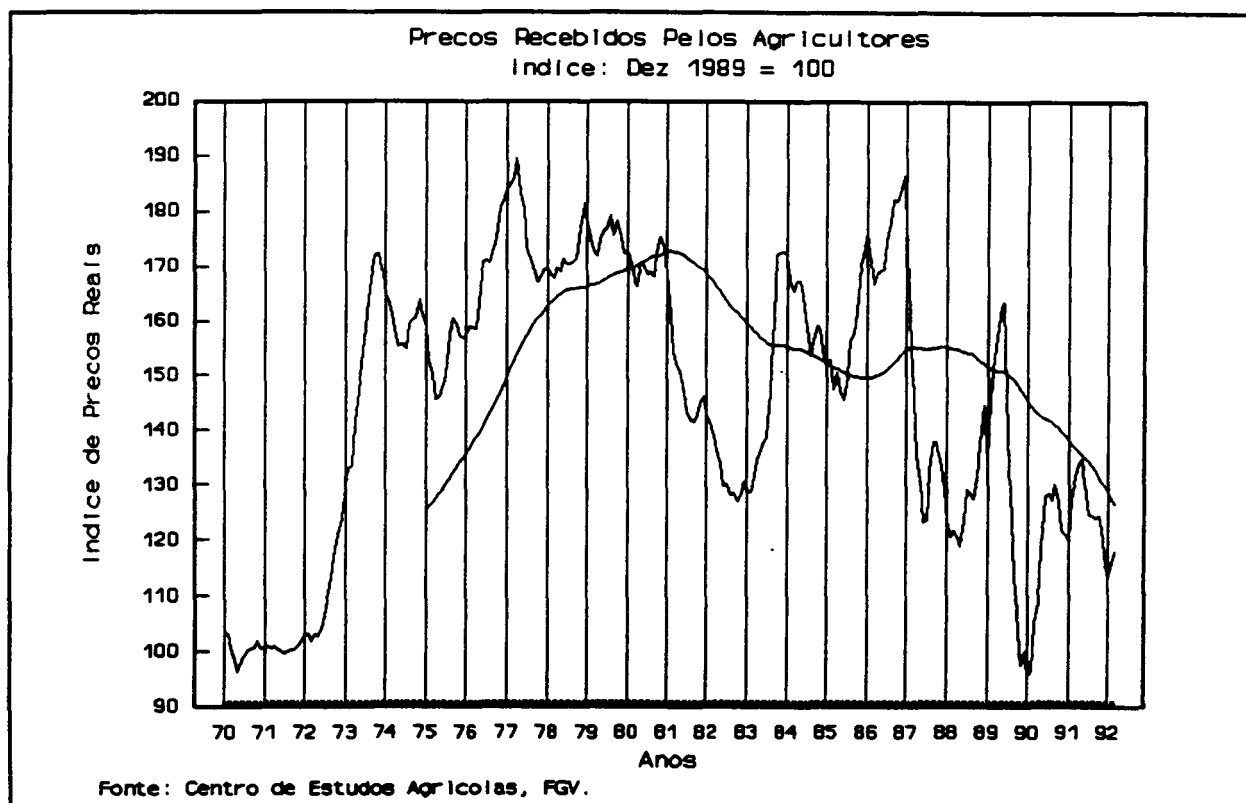


Figura 1

A política agrícola de caráter doméstico passou por modificações muito acentuadas nos últimos anos. Na década de 1970, o crédito com taxas de juros subsidiadas foi o principal incentivo utilizado pelo governo. Tais subsídios na verdade contribuíram para estimular a demanda por insumos modernos, porém em grau muito menor do que seria de se esperar em função da massa de recursos alocados para o crédito agrícola. Em consequência, observaram-se grandes distorções na alocação de recursos na agricultura, principalmente levando a que o setor utilize uma relação capital trabalho excessivamente elevada em relação à disponibilidade de fatores. Em virtude dos mecanismos de autoseleção embutidos no

instrumento, que privilegiam os proprietários de terra e detentores de riqueza em geral, significativos aumentos na concentração da renda e da propriedade da terra foram observados. Portanto ele foi dirigido a um subsetor da agricultura, discriminando os pequenos produtores. Os custos para o governo foram elevados e os impactos sobre a produção relativamente reduzidos.¹

Na década seguinte a ênfase deslocou-se para a política de garantia de preços mínimos, a qual foi paulatinamente transformada em política de sustentação de preços. Substanciais aquisições de produtos foram feitas pelo governo federal que, eventualmente, transformou-se no principal agente da comercialização agrícola. No final da década, seus elevados custos levaram à implantação de "regras de comercialização" (traduzidas no estabelecimento de limites de preços para a entrada do governo no mercado) para arroz, feijão e milho. Um passo importante na mesma direção, tomado bem mais recentemente, foi a privatização do processo de comercialização do trigo.

Durante a década de 1970 o governo investiu pesadamente em pesquisa agropecuária. Foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que além de contribuir para a melhoria organizacional no sistema de pesquisa, destinou novos recursos para esta atividade e também para o treinamento de cientistas. Os resultados deste investimento começaram a aparecer já anos 80, com elevações de produtividade generalizadas no setor agrícola. Contudo, a partir da segunda metade dos anos 80 a EMBRAPA passa a enfrentar graves problemas, que incluem não só a redução de recursos para pesquisa, mas também a falta de administradores capazes de motivar os cientistas da instituição. Dada a singular importância da EMBRAPA no conjunto das instituições, públicas e privadas, atuando na área de pesquisa agropecuária, esta combinação adversa de fatores está afetando negativamente a dinâmica do processo de geração e adaptação de tecnologia agropecuária no Brasil.

Outras políticas e programas com importantes efeitos diretos sobre o setor agrícola são o

¹ Ver Sayad (1977), Brandão e Carvalho (1992) e Brandão (1988). Veja também a interpretação de Alves, Faro e Contini (1991).

Programa Nacional de Álcool (Proálcool), as políticas de colonização e de desenvolvimento da Amazônia iniciadas durante o regime militar e o Programa de Irrigação do Nordeste. Como característica comum, todos se baseiam na concessão de crédito a taxas de juros subsidiadas e, em muitos casos, na concessão de elevados incentivos fiscais. O desempenho e os impactos destes distintos programas sobre o setor agrícola foram bastante diferenciados, porém a adoção de incentivos semelhantes direcionou a parcela mais significativa de seus benefícios para grupos de alta renda ou para protegidos de políticos com acesso aos mecanismos de distribuição destas benesses. Critérios de eficiência e equidade tiveram pouco peso neste processo.

O Proálcool alterou profundamente a distribuição espacial da produção agrícola no Brasil. A expansão da cana de açúcar, principalmente em São Paulo, contribuiu para o deslocamento da produção de grãos para o Centro-Oeste do país, aumentando os custos de transporte de grãos para os principais centros consumidores e também para o mercado internacional. Seus custos orçamentários e os custos sociais associados às distorções alocativas foram muito elevados (Tourinho, Ferreira e Pimentel, 1985 e Serôa da Mota e Ferreira, 1988). Contudo, Serôa da Mota e Ferreira reavaliando o Proálcool argumentam que em vista dos investimentos já realizados, a sua manutenção, porém não a expansão da capacidade, poderia se justificar. Deve-se ainda levar em conta os efeitos anti-poluidores do programa em qualquer avaliação de seus custos e benefícios.

O efeitos do programa de desenvolvimento da Amazônia sobre a produção e a produtividade da agricultura da região foram limitados, porém os investimentos em infraestrutura (principalmente estradas) e a magnitude e natureza dos incentivos creditícios e fiscais concedidos foram responsáveis pela substancial elevação na taxa de desmatamento observada a partir de meados dos anos 70 (Binswanger, 1989, Reis e Margulis, 1990). Alguns analistas contudo argumentam que a expansão da atividade pecuária teria sido a causa principal dos danos causados ao meio ambiente naquela região. Não levam em conta entretanto que a expansão desta atividade é simplesmente consequência dos incentivos diretos para

ocupação e desmatamento. A pecuária vem a reboque, pois além de manter a terra ocupada, requer pouca mão de obra e pouca supervisão.² De maneira geral, entretanto, muito pouco foi feito pelo governo para criar condições econômicas favoráveis para que a produção agrícola se compatibilizasse com a preservação do meio ambiente e com a fragilidade dos solos da região, apesar de a pesquisa agropecuária ter identificado alternativas tecnológicas factíveis de exploração dentro das limitações impostas pela base de recursos da região (Alvim, 1990).

Há na Amazônia legal 16 milhões de pessoas e a população cresce rapidamente, a taxas bem superiores às das demais regiões. Em outras palavras cresce a procura por empregos no meio rural e também a demanda de alimentos. Estas pressões sobre a agricultura local certamente levarão ao crescimento da produção. Para preservar as matas não há como escapar de uma agricultura de elevada produtividade. Para isto é necessário identificar seus ecossistemas mais robustos e neles implantar a agricultura que economiza terra. Há obstáculos legais, como aqueles que permitem só desmatar 50 por cento da área. No caso dos sistemas robustos, esta percentagem precisa ser reduzida. Precisa-se também incrementar a pesquisa.

Os resultados do programa de irrigação do Nordeste são ainda relativamente modestos, tanto em relação à área passível de ser irrigada como em termos de seu impacto sobre o bem estar da população. Existem na região da SUDENE, que inclui o norte de Minas, 600 mil hectares sob irrigação (não mais de 80 mil são projetos públicos), enquanto que o potencial é superior a 4 milhões. Evidências disponíveis indicam que aumentos bastante significativos de produtividade vem sendo alcançados em alguns perímetros, mostrando o potencial da irrigação para contribuir para a melhoria do nível de vida naquelas áreas.

Um estudo com dados do censo agropecuário de 80 mostrou que a maior parte do diferencial de

² É bastante difundida a percepção de que a atividade pecuária é sempre nociva para o meio ambiente. Alvim (1990) entretanto argumenta que hoje existem sistemas de exploração pecuária que podem conviver muito bem com o meio ambiente característico da Amazônia brasileira.

produção entre o Nordeste e o Centro-Sul (Sul, Sudeste e Centro-Oeste) ficou por conta do maior consumo de insumos. Note-se que à época a produtividade do trabalho e da terra da agricultura nordestina eram cerca de quatro vezes menores do que as correspondentes produtividades na região Centro-Oeste (Hoffman e Kassouf, 1989). O elevado risco climático do Nordeste explica a diferença no consumo em favor do Centro-Oeste. Considerando-se o objetivo de expansão da agricultura, a irrigação é a tecnologia mais apropriada para o Nordeste. O potencial desta tecnologia como instrumento para gerar renda somente se realizará plenamente através da expansão da fruticultura e da produção de hortaliças para o mercado interno, mas principalmente para o mercado externo.

Uma dificuldade encontrada em praticamente todos os perímetros públicos de irrigação refere-se à cobrança de uma tarifa d'água que permita a recuperação de custos e a viabilidade financeira dos irrigantes. Estes dois objetivos aparentemente são incompatíveis em determinados projetos. Isto pode indicar escolha inadequada das culturas (um problema que pode ser sanado com relativa simplicidade) ou então reflete defeitos fundamentais na concepção dos respectivos projetos.³ Em determinados casos não parece existir incompatibilidade entre recuperação de custos e viabilidade financeira dos usuários, porém resistências políticas impedem que seja fixada uma tarifa d'água que permita a recuperação dos custos. Em consequência a utilização da água é ineficiente, os custos de operação e manutenção dos perímetros tornam-se excessivamente elevados e a capacidade do setor público de realizar novos investimentos vê-se severamente reduzida.

3. Os Desafios

Ao longo do processo de desenvolvimento cabe ao setor agrícola fornecer alimentos, matérias

³ Brandão e Faro (1989) discutem modelos de determinação da tarifa d'água em alguns projetos e identificam casos de incompatibilidade entre os dois objetivos.

primas e mão de obra para o setor não agrícola e, em alguns países, gerar divisas e constituir-se em um mercado para produtos do setor urbano. Demandas crescentes por alimentos, matérias primas e mão de obra tornam essencial que a produtividade do trabalho aumente. Nos países em que as possibilidades de crescimento extensivo estão esgotadas, ou perto disto, o crescimento da produtividade da terra também faz-se necessário. No caso do Brasil, apesar da existência de uma grande área ainda inexplorada para a agricultura, foi atingido o ponto em que é mais barato sob o ponto de vista social (devido à existência de infraestrutura, proximidade de mercados e pela própria necessidade de preservar o meio ambiente) aumentar a produtividade na vasta área já utilizada.

O principal desafio futuro da agricultura brasileira será o da modernização. De forma completamente distinta do que ocorreu na década de 1980, a demanda por alimentos aumentará substancialmente em resposta à redinamização da economia. A aceleração da taxa de modernização se fará necessária para que o setor continue atendendo a demanda interna de alimentos e matérias primas e gerando divisas externas. Além disto, no caso de produtos típicos do mercado interno, como feijão e mandioca, o progresso técnico, ao acompanhar o ritmo de expansão da demanda, evitará aumentos de preços relativos que reduzem a renda real dos consumidores urbanos, principalmente os mais pobres. Em outras palavras, o progresso técnico será o elemento chave para conciliar os interesses de produtores e consumidores, que buscam, respectivamente retornos mais elevados para o capital e preços mais baixos de alimentos e matérias primas. Na sua ausência, o crescimento do restante da economia se verá prejudicado pela resposta tardia da produção e pela elevação dos preços de produtos cujo peso na cesta de consumo da população de baixa renda é elevado.

Peculiaridades regionais não podem ser ignoradas numa visão de longo prazo do setor agrícola. É conveniente considerar a problemática específica de tres grandes regiões: o Centro-Sul, o Nordeste e o Norte. Na primeira o desafio da modernização ecoa com mais força, pois é daí principalmente que virão os alimentos, as matérias primas e os produtos para o mercado externo. No Nordeste, ao lado da

necessidade de modernizar a produção naquelas áreas de agricultura comercial, há também que vencer o enorme desafio da pobreza na região, criando-se condições econômicas favoráveis para a transformação da agricultura de subsistência em agricultura comercial. Por fim, no Norte do país, ao lado do problema da pobreza há que se levar em conta a fragilidade do meio ambiente e as limitações daí decorrentes para a constituição de uma agricultura forte e dinâmica.

4. Política Econômica

A análise que se segue esboça os contornos de uma agenda para a política agrícola no Brasil no restante desta década. Como premissa admite-se que o fundamento de tal política deve ser o fortalecimento do setor privado. Condições essenciais para que este objetivo seja alcançado são: i) que as políticas sejam estáveis, ii) seus mecanismos de operação sejam transparentes e iii) minimização do componente discricionário na execução. Mais especificamente, a política agrícola deve ser regulada por uma Lei Agrícola que exija transparência de todos os atos do executivo, deve fixar a maioria dos parâmetros relevantes e deve ser renovada de tempos em tempos (digamos a cada 3 anos). As decisões de produção, consumo e, em particular a decisão de investimento, são influenciadas sobremaneira por expectativas. Políticas estáveis reduzem custos (custos de informação e de ajustamento) para os produtores e consequentemente os preços pagos pelos consumidores.

Na busca de otimizar o uso de recursos na economia, e no setor agrícola em particular, faz-se necessário também delimitar o campo de atuação do setor governo. As duas observações seguintes servem como balizadores para orientar esta difícil tarefa: a) a mão invisível de Adam Smith não leva necessariamente o sistema econômico para um equilíbrio eficiente pois que nas sofisticadas economias modernas não existem mercados e informações suficientes para que as decisões individuais conduzam ao melhor uso dos recursos e b) a intervenção do governo está sujeita, quase sempre, às mesmas deficiências

de informação que o setor privado e frequentemente cria oportunidades para o aparecimento de atividades não produtivas por parte de grupos que se organizam unicamente para se apropriar das transferências de renda proporcionadas pela intervenção (*rent-seeking*).

Os tópicos discutidos no restante da seção estão agrupados da seguinte maneira:

- i. consolidação do processo de liberalização da economia;
 - ii. reformulação das políticas agrícolas de curto prazo;
 - iii. retomada dos investimentos públicos;
 - iv. o mercado de terra;
-
- i. **Consolidação do processo de liberalização da economia.**

Nos últimos anos da década passada iniciou-se o processo de liberalização do comércio exterior de produtos agrícolas com a retirada dos controles sobre as exportações de algodão e dos produtos do complexo soja. A trajetória para se atingir a completa liberalização, no entanto, está longe do final; há ainda um longo caminho pela frente que requer determinação e persistência por parte do governo. Os retornos sociais destas reformas são altos, como tem demonstrado a experiência recente de determinados países. Inúmeros estudos e pesquisas realizados ao longo dos últimos vinte anos mostraram eloquentemente os elevados custos das políticas discriminatórias contra a agricultura no Brasil em termos de perda de produção, redução da produtividade e menor contribuição para o balanço de pagamentos. A retirada de todos os mecanismos remanescentes de intervenção (diretos, indiretos, implícitos e explícitos) nos fluxos de comércio de produtos agrícolas é a tarefa mais prioritária da reformulação da política agrícola brasileira.

Dois argumentos são frequentemente levantados contra esta proposição, ambos falaciosos. Um deles demonstra preocupação com a possibilidade de que o aumento das exportações ocorrerá em

detrimento do consumo interno. A experiência da maioria dos países exportadores de produtos agrícolas e do próprio Brasil demonstram claramente que não é este o caso. Tanto países desenvolvidos como os Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, para citar apenas alguns, como países em desenvolvimento, como a Argentina e Chile, são importantes exportadores de produtos agrícolas e obviamente não existe escassez de produção para o mercado interno, pelo contrário. O Brasil, um importante exportador dos produtos do complexo soja, não prejudicou o abastecimento interno por causa das exportações. Pelo contrário, os estímulos externos foram instrumentais para a ocorrência do fenômeno soja, e levaram a que o óleo de soja se incorporasse à dieta da população.

O outro argumento é o de que as políticas de proteção ao setor agrícola de países desenvolvidos distorcem os preços internacionais tornando-os indicadores inapropriados do verdadeiro custo de oportunidade dos recursos domésticos. Não há obviamente como negar que a enorme proteção concedida pelos países da CEE, Japão, e em menor escala os Estados Unidos, causaram, ao longo dos últimos anos, quedas substanciais nos preços dos produtos agrícolas. Entretanto, a pergunta verdadeiramente relevante é se existem perspectivas de alteração destas políticas nos próximos anos? As indicações parecem ser no sentido contrário. Os resultados da Rodada do Uruguai do GATT deverão ficar substancialmente abaixo das expectativas iniciais, com impactos apenas marginais sobre os preços dos produtos agrícolas. Para o Brasil, o impacto será pouco significativo⁴, não justificando qualquer espera para a reformulação da política interna. No horizonte próximo os preços internacionais, ainda que influenciados pelas políticas dos países da OECD, se constituem no melhor indicador do custo de oportunidade dos recursos no setor agrícola.

A resposta da agricultura à maior abertura será sem dúvida nenhuma bastante significativa. Não obstante, não se pode ignorar o fato de que o setor é afetado por políticas macroeconômicas e por políticas direcionadas a outros setores, em particular a política cambial e de proteção ao setor industrial.

⁴ Para alguns resultados empíricos, ver Brandão, Hertel e Campos (1992).

Estudos que fizemos (Brandão e Carvalho) mostram que, no caso do Brasil, a supervalorização cambial foi o principal determinante da discriminação contra a agricultura. Na medida em que se consolide a liberalização do comércio nestes outros setores, em particular naqueles que produzem insumos para a agricultura (fertilizantes, defensivos e máquinas e equipamentos), e que seja adotada uma política cambial mais flexível, a resposta do setor será magnificada.

Um aspecto final que se aplica ao processo de liberalização da agricultura mas que também se estende à política doméstica, é a necessidade de reformulação de algumas leis, decretos e regulamentações, e mesmo a Constituição, com o objetivo de dar maior competitividade ao setor. Por exemplo, a reformulação da legislação referente aos portos é prioritária para aumentar a competitividade do setor. Estas medidas se aplicam também a aspectos tributários (como por exemplo a eliminação do ICMS sobre produtos agrícolas in natura) e legislação sobre patentes.

Um outro aspecto a ser mencionado é a criação de um instrumento legal para permitir que se estabeleçam tarifas compensatórias no caso de outros países subsidiarem suas exportações para o Brasil; em outras palavras, um instrumento legal para contra atacar a prática de "dumping". Contudo, deve-se ter em mente que, na maioria dos países, a legislação anti-dumping é utilizada como instrumento de proteção. Não sendo este o objetivo da proposta aqui defendida, cabe-nos sugerir que a preparação do texto legal procure colocar salvaguardas contra este possível abuso por parte de grupos de interesse.

ii. Reformulação das políticas de curto prazo

Tres grupos de políticas serão considerados nesta seção: a comercialização interna da safra, o crédito para a agricultura e estabilização de preços e mercados de risco. Ainda que analiticamente distintas, existe grande interação entre elas (e também com as políticas comerciais) sob o ponto de vista operacional, a qual ficará aparente na discussão seguinte.

Comercialização Interna da Safra. Na década de 80 a participação do governo no processo de comercialização interna da safra aumentou significativamente, ao mesmo tempo em que a política de subsídios ao crédito agrícola foi perdendo importância. Com o crescimento e a maior instabilidade da taxa de inflação, o governo viu-se na contingência de utilizar seus estoques para tentar evitar pressões sobre os preços de alimentos durante o período da entressafra. Esta prática acabou por aumentar a instabilidade de preços de determinados produtos, como mostram Braverman, Kanbur, Brandão, Hammer, Lopes e Tan, (1992), aumentando a instabilidade da renda dos produtores e tornando mais difícil o funcionamento dos mercados de "commodities" agrícolas. A imprevisibilidade com que o governo passou a manipular os estoques em suas mãos reduziu a atratividade deste mercado para o setor privado, levando a que os gastos públicos com a política crescessem substancialmente no período.

Faz-se necessário que o governo se retire da comercialização da safra agrícola, deixando que o setor privado reassuma o papel de intermediário das transações entre produtores e consumidores destes bens. Além da substancial poupança de recursos públicos ocasionada por esta medida, a saída do governo permitirá que as informações de mercado reflitam mais adequadamente as variáveis fundamentais para a determinação dos custos e benefícios sociais e privados da estocagem, tais como estimativas de oferta e demanda domésticas, a situação dos estoques mundiais e outras. Neste caso os preços da comercialização retransmitirão sinais menos carregados de ruídos para os produtores e consumidores finais, os quais passarão a ter menores custos de informação, ajustamento e de defesa contra riscos de preços.

O Crédito Agrícola. Tal como para qualquer outro setor da economia, o crédito é importante para a agricultura. Esta constatação bastante óbvia foi levada a extremos, no Brasil e em vários outros países, que durante anos valeram-se de elevados subsídios à taxa de juros do crédito rural como instrumento de promoção do setor. Os resultados, como notado anteriormente, foram desastrosos; os impactos sobre a produção foram insignificantes e houve aumento na concentração de renda e de

propriedade na agricultura. Não obstante, o financiamento da atividade rural permanece como uma preocupação central dos formuladores de política. No encaminhamento de uma solução para esta questão é importante manter explicitamente a distinção entre volume de crédito (ou seja liquidez à disposição do setor) e taxa de juros (custo). Sob certas condições pode-se defender uma ação do governo para proporcionar maior grau de liquidez para certos grupos dentro do setor agrícola. Entretanto, os subsídios às taxas de juros provocaram enormes distorções no passado e jamais devem constar de qualquer política de financiamento do setor agrícola.

Quanto ao aspecto liquidez, deve-se notar que na maior parte das regiões de agricultura comercial no Brasil a rede bancária está suficientemente interiorizada e, em princípio, em condições de atender à demanda de crédito. Entretanto, isto não é suficiente. Os bancos comerciais determinam suas aplicações maximizando os retornos esperados, sujeitos às regulamentações existentes. No Brasil, o mercado financeiro ainda é muito segmentado. Para garantir, que todos os setores e agentes qualificados tenham as mesmas oportunidades de acesso ao crédito, é necessária uma reforma no sistema financeiro nacional, um assunto que, apesar de sua importância e urgência, foge ao escopo deste trabalho. Não sendo realizada esta reformulação, cujo objetivo principal seria eliminar restrições para o livre fluxo de recursos entre todos os setores e agentes, condena-se a economia como um todo (não apenas a agricultura) a operar com um nível sub ótimo de eficiência.

Sob a ótica da agricultura, uma pergunta relevante é se, num mercado de capitais livre de distorções, será possível competir de maneira efetiva por crédito? Não havendo discriminação através de outras políticas contra a agricultura, a resposta afirmativa poderia ser dada, a menos de uma qualificação importante. O nível de risco na atividade agrícola é muito elevado: os agricultores se defrontam com riscos de preços, como todos os demais agentes econômicos, mas estão muito mais sujeitos a riscos climáticos. Além do mais, no Brasil existem poucas oportunidades para que os agricultores se protejam dos riscos, o que nos levará a examinar as políticas de estabilização de preços agrícolas e mercados de

risco em geral na seção seguinte. Antes porém cabe uma palavra sobre a política de crédito para pequenos produtores.

Os pequenos produtores defrontam-se com dificuldades para competir por recursos no mercado de capitais em função principalmente de tres grupos de fatores: a) sua menor capacidade de defesa contra os riscos inerentes à atividade (Binswanger e Rosenzweig, sem data), b) operações de menor valor tem pequena atratividade para o sistema bancário, pois os custos fixos (para os bancos) dos empréstimos são relativamente elevados e c) o menor grau relativo de instrução. Em vista de tais dificuldades, pode-se argumentar em favor de políticas especiais que dirijam crédito para pequenos produtores (sem no entanto conceder qualquer subsídio via taxa de juros).

Existem experiências bem sucedidas em outros países (Huppi e Feder, 1990) de criação de cooperativas de crédito para atender aos pequenos produtores. Ainda que em muitos casos estas cooperativas tenham sido criadas espontaneamente pelos próprios interessados, é possível que a sua formação seja facilitada se o governo contribuir através de doação de uma parcela do capital inicial. Entretanto o governo não deve participar de sua administração ou fazer contribuições financeiras periódicas de qualquer natureza.

Ao ser considerada a formação de associações que englobam apenas produtores agrícolas de uma mesma localidade o risco climático para a região como um todo não pode ser ignorado, sob pena de inviabilizar financeiramente a associação. Neste caso, as cooperativas poderiam adquirir um seguro contra adversidades climáticas (alternativa que não existe no Brasil) ou então diversificar seus riscos adquirindo participações em cooperativas semelhantes localizadas em outras regiões (caso existam) ou ainda buscar outras formas de diversificação de risco no mercado financeiro. Esta última alternativa tem um potencial relativamente limitado para este tipo de instituição cujo capital na maioria das vezes é pequeno.

Huppi e Feder analisam casos de experiências bem e mau sucedidas, e discutem os principais fatores responsáveis pelo sucesso ou insucesso destes tipos de associações. Não é claro que tais

experiências possam ser implantadas com bons resultados no Brasil. Na verdade a experiência brasileira neste campo não foi bem sucedida. Porém esta é uma opção que precisa ser considerada, inclusive com a realização de estudos mais detalhados para conhecer as causas que levaram às experiências fracassadas do passado, e levada a conhecimento dos agricultores. A eles caberão as decisões.

Estabilização de Preços e Mercados de Risco. A análise da estabilização de preços agrícolas se insere no contexto amplo do estudo dos efeitos do risco sobre a economia. É importante observar, de início, que a instabilidade de preços somente afetará negativamente os produtores se levar à instabilidade de suas rendas. É fácil mostrar que nem sempre isto ocorre (por exemplo, se a curva de demanda tem elasticidade unitária). Além do mais, há que se notar que existem outras formas de reduzir a instabilidade de renda, mesmo numa economia com poucos mercados formais para que os produtores se protejam do risco. Um exemplo importante largamente praticado por pequenos produtores é a diversificação de culturas (ainda que esta possa ser uma forma de seguro relativamente cara). Para pequenos produtores a instabilidade de renda pode ter consequências devastadoras; em muitos casos pode significar a própria sobrevivência. Mesmo produtores com maior acesso a mercados de risco que sejam especializados em determinados produtos, podem se beneficiar grandemente de políticas de estabilização de preços. Um exemplo ilustrativo é o dos produtores especializados em feijão, um produto que tem baixa elasticidade da demanda e elevada variabilidade de preços.

A experiência mostra que as políticas de estabilização de preços tendem a se transformar, na prática, em políticas de suporte de preços, gerando enormes custos para o setor público. Note-se que somente em casos muito especiais é tecnicamente factível estabilizar preços sem afetar o nível médio de preços. Não obstante, conceitualmente é possível estabelecer uma distinção clara entre política de estabilização e política de suporte. Inexistem argumentos econômicos que justifiquem uma política de suporte, porém tal não é caso no que se refere à estabilização de preços. Produtores avessos ao risco se beneficiam da redução da variância de sua renda.

Uma proposta que tem sido objeto de muito debate recentemente é estabelecerem-se intervalos dentro dos quais os preços são determinados sem qualquer ação por parte do governo. Entretanto, quando o limite superior ou inferior do intervalo são atingidos o governo intervém, modificando tarifas ou impostos de exportação ou ainda reduzindo ou aumentando seus estoques. Para que o sistema funcione adequadamente como um mecanismo puro de estabilização é necessário definir cuidadosamente não só o tamanho do intervalo de variação e o preço de referência utilizados para determinação dos limites superior e inferior, como também se o intervalo será simétrico em torno do preço de referência.

Estudos que realizamos no Brasil (Braverman, Kanbur, Brandão, Hammer, Lopes e Tan, 1992), baseados nas políticas de "regras de comercialização" implementadas a partir de 1987 (a versão brasileira do esquema descrito no parágrafo anterior), mostraram que enquanto para determinados produtos as regras sugeridas trariam ganhos para a economia, para outros produtos tal não ocorreria. No caso do arroz a instabilidade da renda seria reduzida e os custos para o governo seriam menores do que manter as políticas existentes. No caso do milho reduziram-se os custos do governo em relação às políticas existentes, porém a instabilidade dos preços e da renda dos produtores seria muito semelhante à que prevaleceria numa situação de livre comércio. Para o feijão e o trigo, entretanto, os resultados indicaram respectivamente que a política não seria factível ou desejável. No caso do feijão devido à necessidade de um estoque extremamente elevado para garantir que o preço permanecesse dentro do intervalo. Para o trigo os custos alocativos revelaram-se mais elevados do que os ganhos dos produtores devido a redução da variabilidade de suas rendas.

Estes resultados, naturalmente, dependem das características específicas das propostas então adotadas ou em discussão no Brasil. A consideração de outras alternativas tanto para a determinação dos intervalos de variação de preços quanto para o preço de referência (que como condição mínima deve ser baseado no correspondente preço internacional) certamente indicará que tal política pode potencialmente trazer benefícios para a economia, proporcionando aos produtores rurais maior capacidade de competir

por recursos no mercado financeiro, sem acarretar custos excessivos para os cofres públicos. As distorções geradas pela intervenção do governo através de um programa de estabilização de preços são certamente menores do que aquelas geradas por subsídios à taxa de juros do crédito rural.

Existem ainda outros instrumentos que o governo pode utilizar para dar maior capacidade aos produtores de se defenderem dos riscos de preços. Um deles é a criação um seguro contra quedas do preço internacional. Por exemplo, antes do início da safra o governo determina um preço mínimo (digamos 20 por cento abaixo da média móvel dos últimos cinco anos do preço numa bolsa internacional representativa). Os interessados adquirem então um seguro, pagando um preço atuarialmente determinado de forma a recuperar os custos, referente a um número determinado (escolhido pelo segurado) de sacas do produto em questão. Caso naquele ano o preço fique efetivamente abaixo do mínimo o produtor receberá a diferença; caso contrário não há qualquer pagamento por parte da agência seguradora. Uma das vantagens deste instrumento, comparativamente aos mecanismos de estabilização tradicionais, seria o fato de que a participação é voluntária e não existe interferência da política com o nível médio dos preços. Sua implementação naturalmente depende de uma análise atuarial cuidadosa. É provável mesmo que tal análise indique a existência de retornos que sejam suficientes para atrair o setor privado. Não obstante, mesmo não sendo este o caso, se o custo para o governo não se mostrar superior ao dos esquemas de estabilização tradicionais, o seguro de preço é preferível.

O mecanismo por excelência para permitir que os agentes econômicos se defendam de riscos é entretanto o mercado futuro. Seu desenvolvimento no Brasil tem sido prejudicado de um lado pelo próprio comportamento do governo que manipula seus estoques de maneira a atender objetivos imediatos relacionados com o controle da inflação e de outro lado talvez pelos custos fixos de criar a infraestrutura necessária em localidades mais próximas dos produtores rurais. Ao se distanciar do processo de comercialização da safra agrícola o governo estará certamente incentivando o fortalecimento destes mercados. Entretanto sua intervenção pode ser benéfica no processo de criação da infraestrutura

necessária para o funcionamento destes mercados, principalmente a parte de telecomunicações e informática.

Uma outra alternativa seria propiciar maior acesso dos produtores aos mercados futuros internacionais. Para tanto torna-se necessária uma maior liberdade cambial no país e também a atuação do governo facilitando a criação de infraestrutura de mercado para incentivar o desenvolvimento de intermediários localizados proximamente aos produtores rurais.

O risco pode afetar significativamente a atividade econômica e a agricultura é um setor particularmente afetado por ele. A existência de instituições que permitam que produtores e consumidores transfiram parte de seus riscos para outros agentes, com vantagem comparativa para lidar com riscos, aumentará a eficiência do sistema econômico como um todo. Nas economias desenvolvidas existem inúmeros mercados que permitem esta negociação. No Brasil, ainda que o mercado financeiro seja muito desenvolvido, existem poucas alternativas que atendem às necessidades da agropecuária. Cabe ao governo criar as condições para que estes mercados apareçam e se desenvolvam. No longo prazo, este deve ser o principal objetivo da ação do setor público. Entretanto, programas de estabilização de preços ou seguros de preços, como discutidos acima, são mecanismos temporários que tem potencial para gerar benefícios significativos para o setor agrícola e a economia brasileira como um todo.

iii. Retomada dos investimentos públicos

Com algumas poucas exceções, a tônica das propostas anteriores tem sido no sentido de reduzir a intervenção do governo na economia. Historicamente os investimentos públicos, principalmente em infraestrutura, foram um dos importantes catalizadores do desenvolvimento do país. Ao mesmo tempo em que o governo deve deixar de intervir na comercialização interna e nos fluxos de comércio internacional, faz-se necessária a realocação dos recursos que vem sendo dedicados para o suporte destas atividades para

a elevação dos investimentos públicos no setor agropecuário, direta ou indiretamente. Dentro das alternativas existentes, a prioridade maior no momento é a recuperação do sistema nacional de pesquisa agropecuária. Como argumentado acima, os ganhos de produtividade observados durante os anos 80 foram, em grande parte, resultado de investimentos em ciência e tecnologia realizados na década anterior. A expansão da produção agrícola no Brasil nos anos vindouros dependerá crucialmente do contínuo crescimento da produtividade e, em menor escala, do crescimento da área cultivada. Ademais, deve-se notar que pelas características das áreas ainda inexploradas no país ambas as fontes de crescimento somente se efetivarão com o auxílio do conhecimento científico. Torna-se portanto essencial que o governo revitalize o sistema EMBRAPA, propiciando melhores condições para a realização de pesquisas e treinando (no Brasil e no exterior) pesquisadores. Da mesma forma, apoiar a pesquisa agrícola realizada nas Universidades, quer sejam elas públicas ou privadas, e nas empresas privadas deve ser parte da agenda governamental para promover o crescimento do setor. De maneira um pouco mais específica, a a dinamização do sistema EMBRAPA envolve os seguintes aspectos:

- a. recuperação do sistema cooperativo de pesquisa, estimulando a EMBRAPA a desenvolver pesquisas dos estados, das universidades e da iniciativa particular;
- b. dar autonomia financeira à EMBRAPA, uma participação na arrecadação, reservando um parcela de recursos para financiar projetos conjuntos com os estados, iniciativa particular e universidades, dentro de um programa previamente definido;
- c. descentralizar a EMBRAPA, criando um conselho com poderes para escolher todos os seus dirigentes e de fixar prioridades e demais normas para atuação, tais como avaliar a qualidade da empresa, avaliar, contratar e demitir pessoal e zelar pela aplicação correta dos recursos. A atual sede será, depois de adaptações, a secretaria do conselho;
- d. dar personalidade jurídica às unidades de pesquisa, as quais terão seus conselhos próprios que, para determinados assuntos, precisarão do referendo do conselho maior para validar suas decisões;
- e. a iniciativa privada (agroindústria, trabalhadores e produtores) terá participação nestes conselhos.

Os investimentos na criação de bens públicos frequentemente beneficiam varios setores. Os investimentos públicos em estradas e infraestrutura de comercialização realizados durante a década de 50 no Brasil tiveram significativos impactos sobre a agricultura, levando à expansão da área cultivada e da produção. Não há dúvida de que, no momento, uma das tarefas mais importantes do governo é recompor a infraestrutura de transportes e comunicações no país, investimentos estes que terão impactos diretos sobre a agricultura. De particular relevância no que se refere ao setor agrícola é a modernização dos portos (e também as reformas na legislação necessárias para aumentar sua eficiência) que irá aumentar a competitividade internacional das exportações e beneficiará especialmente a agricultura em vista dos baixos preços internacionais das "commodities" agrícolas.

Os investimentos governamentais em áreas com deficiências de infraestrutura mais graves, como é o caso do Nordeste, tornam-se ainda mais necessários. No que se refere especificamente ao setor agrícola, sabe-se que a escassez e a instabilidade do regime de chuvas constituem-se num dos principais entraves à pratica da agricultura na região. Não obstante, a potencialidade para irrigação é grande e esta deve ser a primeira etapa do processo de modernização. O governo vem investindo neste setor no Nordeste já há alguns anos, porém são necessárias mudanças na sua forma de atuação. Compete ao setor público somente construir as estruturas de uso comum, deixando aos potenciais usuários a responsabilidade de realizar os investimentos em suas propriedades. Para se ressarcir destes gastos o poder público deve instituir uma contribuição de melhoria (ou outro tributo de características similares) que cubra os custos do investimento em um horizonte de 20 ou 30 anos. A operação e manutenção das obras comuns é responsabilidade dos irrigantes. O governo deve afastar-se completamente de qualquer envolvimento com o dia a dia dos perfímetros. Os interessados constituirão uma entidade (associação de produtores, cooperativa ou outra) que se responsabilizará pela cobrança da tarifa de água e pela operação e manutenção das obras comuns.

Em grande número de casos simultaneamente à criação do projeto ocorre reestruturação da posse

da terra. Nesta circunstância a alocação dos lotes aos irrigantes deve se dar por meio de leilão público. Havendo interesse na criação de parcelas menores para colonos, ou seja produtores sem terra e sem capital suficiente para conseguir financiamento privado que lhes permita participar efetivamente dos leilões, o governo criaria linhas de financiamento tanto para aquisição da terra quanto dos equipamentos de irrigação para a propriedade. O pagamento se estenderia por 20 ou 30 anos, com um período de carência (3 ou 4 anos), sem no entanto embutir qualquer subsídio à taxa de juros⁵. A alocação dos lotes se daria por meio de leilões⁶ especiais. Como no caso anterior, o governo deve se afastar completamente de todas as atividades ligadas ao dia a dia dos perfímetros.

Ainda que os custos de operação e manutenção fiquem inteiramente a cargo dos irrigantes e que a tarifa d'água seja suficiente para fazer face a estes custos, é necessário eliminar os subsídios existentes para as tarifas públicas de energia elétrica. Esta medida faz-se necessária para evitar tanto o excessivo uso de energia como também o excessivo uso de água para irrigação, esta última competindo diretamente com a própria geração de energia. Numa região onde existe escassez de energia a eliminação dos subsídios pode contribuir significativamente para a melhor distribuição da disponibilidade de água da região entre os usos alternativos.

iv. O mercado de terra.

Ineficiências no funcionamento dos mercados de fatores podem comprometer os impactos das

⁵ Tal como os demais irrigantes, os colonos também deverão contribuir para o ressarcimento do investimento público através de um tributo cobrado em um horizonte de 20 ou 30 anos. Não existe razão para adotar um tratamento diferenciado entre empresários e colonos neste aspecto.

⁶ Adotando-se a regra de que cada família de colono poderá adquirir apenas um lote em leilão, considerando-se que os lotes destinados a colonos serão menores do que aqueles destinados a empresários e que não haverá subsídios embutidos no financiamento dos colonos, é pouco provável que empresários tenham incentivos para participar de tais leilões.

reformas discutidas nos parágrafos anteriores. De especial importância para a agricultura no Brasil é o caso de mercado de terras⁷. A política de crédito subsidiado, a instabilidade macroeconômica e os elevados incentivos fiscais concedidos ao setor, que fizeram, ou ainda fazem, parte do cenário econômico dos últimos anos, contribuíram para que o mercado de terras reduzisse a eficiência da produção no setor agrícola. O processo pelo qual isto ocorre é relativamente complexo, envolvendo de maneira importante as legislações trabalhista e fundiária.

Tome-se, por exemplo, o caso da instabilidade macroeconômica do país, exacerbada com os planos heterodoxos do final dos anos 80. Uma das características deste plano foi o consistente viés contra os credores na economia e, em especial, contra os credores do governo. Os agentes econômicos se aperceberam disto e embutiram nas suas decisões a expectativa de ocorrência de choques futuros. Neste contexto a terra agrícola (ao lado de outros ativos, como por exemplo imóveis urbanos e o dólar) se tornou uma aplicação financeira atraente, pois protege o capital do aplicador contra a inflação e também de futuros "calotes" contra os detentores finais de ativos financeiros que porventura venham a ocorrer. Grande parte dos investidores atraídos para o mercado por esta conjugação de características do ativo terra consiste de indivíduos com pouco ou nenhum conhecimento da agricultura. Ao decidir o que e como produzir procuram atividades com tecnologias mais rudimentares que requerem menos mão de obra e supervisão. A pecuária extensiva tem sido a atividade privilegiada por este processo, pois atende aos dois requisitos e ainda apresenta um baixo nível de risco. A pecuária intensiva e a produção de lavouras (com moderna tecnologia) requerem supervisão constante por parte do proprietário, tornando-as praticamente inviáveis para estes investidores. Uma alternativa para reduzir os custos de supervisão é a contratação de mão de obra permanente. Entretanto, dada a natureza da legislação trabalhista, o custo desta mão de obra torna-se muito elevado, principalmente se se contabilizam os custos de demissão. Uma terceira

⁷ Os mercados de capital e de trabalho também apresentam problemas que tornam o ajustamento do setor agrícola mais difícil. Entretanto, não serão discutidos especificamente neste trabalho pois sua natureza intersetorial não é compatível com que uma análise que enfatiza apenas a agricultura.

alternativa seria a apropriação da renda da terra através de aluguel ou contratos de parceria. Estas opções também apresentam custos significativos pois podem dar origem a demandas de natureza trabalhistas por parte de inquilinos que morem na propriedade ou demandas sobre a propriedade da terra em função de dispositivos da lei agrária⁸.

Ao mesmo tempo em que contribuiu para a redução da eficiência da agricultura, o mercado de terras também, em grande parte induzido pelas mesmas políticas mau concebidas, promoveu um aumento da concentração da propriedade. Ao serem abandonadas as políticas de subsídios ao crédito rural e de incentivos fiscais (incluindo aqui o tratamento preferencial dado ao setor agrícola pela legislação do imposto de renda) e ao ser recuperada a estabilidade macroeconômica, muito provavelmente se observará a desconcentração da propriedade, especialmente nas áreas de agricultura comercial do centro-sul, e um aumento do nível de eficiência da agricultura. O rendimento associado à posse da terra voltará a ficar mais correlacionado com a rentabilidade da agricultura, induzindo escolhas tecnológicas mais adequadas às condições de demanda e à disponibilidade de fatores.

Restarão ainda os problemas tradicionais da estrutura latifúndio-minifúndio no Nordeste, problemas na região Norte associadas às enormes áreas adquiridas por indivíduos e empresas com auxílio dos incentivos da SUDAM e problemas de insegurança de posse em algumas áreas. Estes provavelmente não se resolverão através das forças de mercado. A intervenção direta do governo se fará necessária para resolver as disputas com relação à posse de terra e garantir que aqueles que tiveram seus direitos assegurados tenham condições efetivas de exercê-los. É provável que a modificação da estrutura fundiária promovida por um programa de irrigação do Nordeste mais agressivo leve a que uma grande parcela dos agricultores de subsistência daquela região tenha acesso a uma fonte de renda que assegure uma melhoria significativa de seu nível de vida. Quanto aos latifúndios que resistirem aos incentivos para modernização

⁸ Os efeitos do crédito subsidiado e dos incentivos fiscais podem ser descritos de maneira praticamente análoga.

e às mega-áreas existentes na região Norte caberá ao governo intervir diretamente para assegurar que a estrutura de posse da terra seja compatível com a eficiência econômica, respeitando a fragilidade do meio ambiente, e com a melhor distribuição da renda e da propriedade.

5. Conclusões

Este trabalho apresenta e analisa um conjunto de propostas de política para o setor agrícola brasileiro que tenham por objetivo promover seu crescimento com melhoria da distribuição da renda e redução dos níveis de pobreza. Inicialmente fez-se uma breve retrospectiva das principais características da agricultura no Brasil e das políticas adotadas ao longo dos últimos anos. Em seguida foram considerados os principais desafios para as próximas décadas, enfatizando-se o papel crucial da tecnologia para assegurar que o setor continue desempenhando seus papéis tradicionais na economia brasileira, quais sejam o de produzir alimentos e matérias primas para o setor urbano e o de gerar divisas externas. Na análise das propostas de política foi enfatizada a delimitação do espaço de atuação do setor público, argumentando-se que seu potencial para contribuir no processo de desenvolvimento é maximizado através dos investimentos públicos.

A atuação do governo nas áreas de comercialização interna e externa da safra agrícola deve ser substancialmente reduzida. O setor privado é normalmente melhor preparado para desempenhar as diversas atividades associadas com o carregamento da produção no tempo. Da mesma forma, não encontrando restrições serias para a atuação nos mercados externos, a iniciativa privada pode tornar sua contribuição para a geração de divisas externas mais eficiente, aumentando a penetração das exportações agrícolas brasileiras. Além de se retirar destas áreas em que o setor privado tem vantagem comparativa, o governo deve eliminar todas as intervenções com o mecanismo de determinação dos preços de produtos e insumos para a agricultura. Preços de mercado livres do artificialismo imposto pela intervenção do

governo são sinalizadores mais adequados das verdadeiras oportunidades existentes no setor; são sinalizadores que refletem as variáveis fundamentais da economia e reduzem os custos de informação e de ajustamento para os produtores e consumidores.

Entretanto, a existência de risco e a inexistência de mercados que permitam que os produtores dele se defendam cria a necessidade de o governo atuar para facilitar a criação de tais mercados. Uma contribuição importante já é dada quando o governo se abstém de intervir na comercialização. Além disto, caberá ao governo promover as condições de infraestrutura para o funcionamento adequado destes mercados, principalmente na forma de telecomunicações e informática. Maior liberdade cambial também se faz necessária para permitir com que sejam efetivamente utilizados os mercados internacionais.

Na área dos investimentos públicos, o trabalho apontou a necessidade premente de recuperação do sistema EMBRAPA e de que o governo apoie decididamente a pesquisa que se desenvolve também nas universidades, públicas e privadas e mesmo em empresas privadas. A fronteira agrícola está praticamente esgotada no Brasil, e o crescimento futuro do setor será, em grande parte, baseado em ciência e tecnologia. A retomada do crescimento colocará enormes pressões sobre a demanda por produtos agrícolas. Na ausência da tecnologia os preços relativos dos produtos não comercializáveis internacionalmente aumentarão com impactos regressivos sobre a distribuição de renda nos centros urbanos. A ausência da tecnologia no caso dos produtos comercializáveis internacionalmente não afetará significativamente seu preço relativo, porém reduzirá o volume das exportações líquidas do país num momento onde a escassez de divisas ainda pode colocar um freio no processo de desenvolvimento brasileiro.

Por fim, cabe observar que muitas das reformas aqui propostas podem dar origem a problemas de ajustamento de curto prazo, problemas estes que terão impactos maiores nos grupos de baixa renda. Faz-se necessário que o governo esteja preparado para aliviar estes custos de transição através de programas que visem especificamente as populações atingidas. É fundamental contudo evitar a armadilha

em que tantas vezes os governos brasileiros caíram: controlar preços ou conceder subsídios generalizados (como foi o caso do subsídio ao consumo de trigo) os quais a longo prazo tem efeitos negativos sobre a produção e a produtividade ou então são majoritariamente apropriados por consumidores de renda média e alta.

Referências

- Alves, Eliseu; Clovis de Faro e Elísio Contini "Government and Agricultural Development", Trabalho Convidado para a XXI Conferência da Associação Internacional de Economia Agrícola, Tokyo, 22/29 de Agosto de 1991.
- Alves, Eliseu e Elísio Contini "A Modernização da Agricultura Brasileira", in Brandão, Antônio Salazar P. (ed) Os Principais Problemas da Agricultura Brasileira: Análise e Sugestões, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1988.
- Alves, Eliseu e Affonso C. Pastore "Import Substitution and Implicit Taxation of Agriculture in Brazil", American Journal of Agricultural Economics, vol. 60, 1978, pags. 865-871.
- Alvim, Paulo de T. "Agricultura Apropriada para Uso Contínuo dos Solos da Região Amazônica", Espaco, Ambiente e Planejamento, vol.2, No. 11, Março 1990.
- Binswanger, Hans P. "Brazilian Policies That Encourage Deforestation in the Amazon", Environment Department Working Paper No. 16, World Bank, April 1989.
- Binswanger, Hans P. e Mark Rosenzweig "Are Small Farmers too Poor to be Efficient?", Mimeo, World Bank, sem data.
- Brandão, Antônio Salazar P. "The Brazilian Agricultural Policy Experience: Rationale and Future Directions". Trabalho apresentado no workshop da American Agricultural Economics Association, "Sharpening Our Understanding of Food and Agricultural Policies in Industrialized Countries", Knoxville, Tennessee, 30/31 de Julho de 1988.
- Brandão, Antônio Salazar P. e José L. Carvalho Trade, Exchange Rate, and Agricultural Pricing Policies in Brazil, World Bank Comparative Studies, Washington, D.C. 1991.
- Brandão, Antônio Salazar P. e Clovis de Faro "Tarifação de Água em Projetos de Irrigação: Comparação Entre Duas Metodologias", Trabalho Apresentado na XXV Reunião da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, São Luis, Maranhão 1989.
- Brandão, Antônio Salazar P., Thomas W. Hertel e Antônio C. Campos "Distributional Implications of Trade Liberalization: A Case Study of Brazil". Mimeo. Agricultural Policies Division, Agriculture and Rural Development Department, World Bank, April 1992.
- Braverman, Avishay; Ravi Kanbur, Antônio Salazar P. Brandão, Jeffrey Hammer, Mauro de Rezende Lopes e Alexandra Tan Commodity Price Stabilization and Price Reform: An Approach to the Evaluation of the Brazilian Price Band Proposals, World Bank Regional and Sectoral Studies, Washington, D.C., 1992.
- Dias, Guilherme Leite da Silva "Ajustamento Macroeconômico e a Contribuição da Agricultura", mimeo, FIPE, 1988.
- Goldin, Ian e Gervásio Castro de Rezende Agriculture and Economic Crisis: Lessons from Brazil, Development Centre Studies, OECD. Paris, 1990.

- Hoffman, Rodolfo e Ana Lúcia Kassouf "Produção e Modernização da Agropecuária em 332 Microregiões Homogêneas", Departamento de Economia e Sociologia Rural, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1989.
- Huppi, Monika e Gershon Feder "The Role of Groups and Credit Cooperatives in Rural Lending", The World Bank Research Observer, vol. 5, No. 2, Julho de 1990.
- Reis, E.J. e S. Margulis "Options for Slowing Amazon Jungle Clearing", in R. Dornbusch and J. Poterba (eds.) Global Warming: Economic Policy Responses, Boston: MIT Press, 1991.
- Sayad, João "Planejamento, Crédito e Distribuição de Renda", Estudos Econômicos, vol. 7, No. 1, 1977.
- Serôa da Mota, R. e Leo da Rocha Ferreira "The Brazilian National Alcohol Programme: An Economic Reappraisal and Adjustments." Energy Economics, Julho 1988, pags. 229-234.
- Tourinho, O. A. F., L. R. Ferreira e R. F. Pimentel "Agricultura e Produção de Energia: Um Modelo de Programação Linear para Avaliação Econômica do Proálcool", Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1985.

ENSAIOS ECONÔMICOS DA EPGE

100. JUROS, PREÇOS E DÍVIDA PÚBLICA - VOL. I: ASPECTOS TEÓRICOS - Marco Antonio C. Martins e Clovis de Faro - 1987 (esgotado)
101. JUROS, PREÇOS E DÍVIDA PÚBLICA - VOL. II: A ECONOMIA BRASILEIRA - 1971/85 - Antonio Salazar P. Brandão, Marco Antonio C. Martins e Clovis de Faro - 1987 (esgotado)
102. MACROECONOMIA KALECKIANA - Rubens Penha Cyane - 1987 (esgotado)
103. O PREÇO DO DÓLAR NO MERCADO PARALELO, O SUBFATURAMENTO DE EXPORTAÇÕES E O SUBFATURAMENTO DE IMPORTAÇÕES - Fernando de Holanda Barbosa, Rubens Penha Cyane e Marcos Costa Holanda - 1987 (esgotado)
104. BRASILIAN EXPERIENCE WITH EXTERNAL DEBT AND PROSPECTS FOR GROWTH - Fernando de Holanda Barbosa and Manuel Sanches de La Cal - 1987 (esgotado)
105. KEYNES NA SEDIÇÃO DA ESCOLHA PÚBLICA - Antonio Maria da Silveira - 1987 (esgotado)
106. O TEOREMA DE FROBENIUS-PERRON - Carlos Ivan Simonsen Leal - 1987 (esgotado)
107. POPULAÇÃO BRASILEIRA - Jessé Montelo - 1987 (esgotado)
108. MACROECONOMIA - CAPÍTULO VI: "DEMANDA POR MOEDA E A CURVA LM" - Mario Henrique Simonsen e Rubens Penha Cyane - 1987 (esgotado)
109. MACROECONOMIA - CAPÍTULO VII: "DEMANDA AGREGADA E A CURVA IS" - Mario Henrique Simonsen e Rubens Penha Cyane - 1987 (esgotado)
110. MACROECONOMIA - MODELOS DE EQUILÍBRIO AGREGATIVO A CURTO PRAZO - Mario Henrique Simonsen e Rubens Penha Cyane - 1987 (esgotado)
111. THE BAYESIAN FOUNDATIONS OF SOLUTIONS CONCEPTS OF GAMES - Sérgio Ribeiro da Costa Werlang e Tommy Chin-Chiu Tan - 1987 (esgotado)
112. PREÇOS LÍQUIDOS (PREÇOS DE VALOR ADICIONADO) E SEUS DETERMINANTES; DE PRODUTOS SELECIONADOS, NO PERÍODO 1980/1º SEMESTRE/1986 - Raul Ekerman - 1987 (esgotado)
113. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS E SALDO-MÉDIO: O CASO DE PRESTAÇÕES - Clovis de Faro - 1988 (esgotado)
114. A DINÂMICA DA INFLAÇÃO - Mario Henrique Simonsen - 1988 (esgotado)
115. UNCERTAINTY AVERSIONS AND THE OPTIMAL CHOICE OF PORTFOLIO - James Dow e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - 1998 (esgotado)
116. O CICLO ECONÔMICO - Mario Henrique Simonsen - 1988 (esgotado)

117. FOREIGN CAPITAL AND ECONOMIC GROWTH - THE BRASILIAN CASE STUDY - Mario Henrique Simonsen - 1988 (esgotado)
118. COMMON KNOWLEDGE - Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - 1988 (esgotado)
119. OS FUNDAMENTOS DA ANÁLISE MACROECONÔMICA - Mario Henrique Simonsen e Rubens Penha Cysne - 1988 (esgotado)
120. CAPÍTULO XII - EXPECTATIVAS RACIONAIS - Mario Henrique Simonsen - 1988 (esgotado)
121. A OFERTA AGREGADA E O MERCADO DE TRABALHO - Mario Henrique Simonsen e Rubens Penha Cysne - 1988 (esgotado)
122. INÉRCIA INFLACIONÁRIA E INFLAÇÃO INERCIAL - Mario Henrique Simonsen - 1988 (esgotado)
123. MODELOS DO HOMEM: ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO - Antonio Maria da Silveira - 1988 (esgotado)
124. UNDERINVOICING OF EXPORTS, OVERINVOICING OF IMPORTS, AND THE DOLLAR PREMIUM ON THE BLACK MARKET - Fernando de Holanda Barbosa, Rubens Penha Cysne e Marcos Costa Holanda - 1988 (esgotado)
125. O REINO MÁGICO DO CHOQUE HETERODOXO - Fernando de Holanda Barbosa, Antonio Salazar Pessoa Brandão e Clovis de Faro - 1988 (esgotado)
126. PLANO CRUZADO: CONCEPÇÃO E O ERRO DE POLÍTICA FISCAL - Rubens Penha Cysne - 1988 (esgotado)
127. TAXA DE JUROS FLUTUANTE VERSUS CORREÇÃO MONETÁRIA DAS PRESTAÇÕES: UMA COMPARAÇÃO NO CASO DO SAC E INFLAÇÃO CONSTANTE - Clovis de Faro - 1988 (esgotado)
128. CAPÍTULO II - MONETARY CORRECTION AND REAL INTEREST ACCOUNTING - Rubens Penha Cysne - 1988 (esgotado)
129. CAPÍTULO III - INCOME AND DEMAND POLICIES IN BRAZIL - Rubens Penha Cysne - 1988 (esgotado)
130. CAPÍTULO IV - BRAZILIAN ECONOMY IN THE EIGHTIES AND THE DEBT CRISIS - Rubens Penha Cysne - 1988 (esgotado)
131. THE BRAZILIAN AGRICULTURAL POLICY EXPERIENCE: RATIONALE AND FUTURE DIRECTIONS - Antonio Salazar Pessoa Brandão - 1988 (esgotado)
132. MORATÓRIA INTERNA, DÍVIDA PÚBLICA E JUROS REAIS - Maria Silvia Bastos Marques e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - 1988 (esgotado)
133. CAPÍTULO IX - TEORIA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO - Mario Henrique Simonsen - 1988 (esgotado)

134. CONGELAMENTO COM ABONO SALARIAL GERANDO EXCESSO DE DEMANDA - Joaquim Vieira Ferreira Levy e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - 1988 (esgotado)
135. AS ORIGENS E CONSEQUÊNCIAS DA INFLAÇÃO NA AMÉRICA LATINA - Fernando de Holanda Barbosa - 1988 (esgotado)
136. A CONTA-CORRENTE DO GOVERNO - 1970/1988 - Mario Henrique Simonsen - 1989 (esgotado)
137. A REVIEW ON THE THEORY OF COMMON KNOWLEDGE - Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - 1989 (esgotado)
138. MACROECONOMIA - Fernando de Holanda Barbosa - 1989 (esgotado)
139. TEORIA DO BALANÇO DE PAGAMENTOS: UMA ABORDAGEM SIMPLIFICADA - João Luiz Tenreiro Barroso - 1989 (esgotado)
140. CONTABILIDADE COM JUROS REAIS - Rubens Penha Cysne - 1989 (esgotado)
141. CREDIT RATIONING AND THE PERMANENT INCOME HYPOTHESIS - Vicente Madrigal, Tommy Tan, Daniel Vicent, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - 1989 (esgotado)
142. A AMAZÔNIA BRASILEIRA - Ney Coe de Oliveira - 1989 (esgotado)
143. DESÁGIO DAS LFTs E A PROBABILIDADE IMPLÍCITA DE MORATÓRIA - Maria Silvia Bastos Marques e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - 1989 (esgotado)
144. THE LDC DEBT PROBLEM: A GAME-THEORETICAL ANALYSIS - Mario Henrique Simonsen e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - 1989 (esgotado)
145. ANÁLISE CONVEXA NO R^n - Mario Henrique Simonsen - 1989 (esgotado)
146. A CONTROVÉRSIA MONETARISTA NO HEMISFÉRIO NORTE - Fernando de Holanda Barbosa - 1989 (esgotado)
147. FISCAL REFORM AND STABILIZATION: THE BRAZILIAN EXPERIENCE - Fernando de Holanda Barbosa, Antonio Salazar Pessoa Brandão e Clovis de Faro - 1989 (esgotado)
148. RETORNOS EM EDUCAÇÃO NO BRASIL: 1976/1986 - Carlos Ivan Simonsen Leal e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - 1989 (esgotado)
149. PREFERENCES, COMMON KNOWLEDGE AND SPECULATIVE TRADE - James Dow, Vicente Madrigal e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - 1990 (esgotado)
150. EDUCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA - Carlos Ivan Simonsen Leal e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - 1990 (esgotado)
151. OBSERVAÇÕES A MARGEM DO TRABALHO "A AMAZÔNIA BRASILEIRA" - Ney Coe de Oliveira - 1990 (esgotado)
152. PLANO COLLOR: UM GOLPE DE MESTRE CONTRA A INFLAÇÃO? - Fernando de Holanda Barbosa - 1990 (esgotado)

153. O EFEITO DA TAXA DE JUROS E DA INCERTEZA SOBRE A CURVA DE PHILLIPS DA ECONOMIA BRASILEIRA - Ricardo de Oliveira Cavalcanti - 1990 (esgotado)
154. PLANO COLLOR: CONTRA A FACTUALIDADE E SUGESTÕES SOBRE A CONDUÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA-FISCAL - Rubens Penha Cyane - 1990 (esgotado)
155. DEPÓSITOS DO TESOUREIRO: NO BANCO CENTRAL OU NOS BANCOS COMERCIAIS? - Rubens Penha Cyane - 1990 (esgotado)
156. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO: A QUESTÃO DO DESEQUILÍBRIO DO FCVS - Clovis de Faro - 1990 (esgotado)
157. COMPLEMENTO DO FASCÍCULO Nº 151 DOS "ENSAIOS ECONÔMICOS" (A AMAZÔNIA BRASILEIRA) - Ney Coe de Oliveira - 1990 (esgotado)
158. POLÍTICA MONETÁRIA ÓTIMA NO COMBATE A INFLAÇÃO - Fernando de Holanda Barbosa - 1990 (esgotado)
159. TEORIA DOS JOGOS - CONCEITOS BÁSICOS - Mario Henrique Simonsen - 1990 (esgotado)
160. O MERCADO ABERTO BRASILEIRO: ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS - Fernando de Holanda Barbosa - 1990 (esgotado)
161. A RELAÇÃO ARBITRAGEM ENTRE A ORTN CAMBIAL E A ORTN MONETÁRIA - Luiz Guilherme Schymura de Oliveira - 1990 (esgotado)
162. SUBADDITIVE PROBABILITIES AND PORTFOLIO INERTIA - Mario Henrique Simonsen e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - 1990 (esgotado)
163. MACROECONOMIA COM M4 - Carlos Ivan Simonsen Leal e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - 1990 (esgotado)
164. A RE-EXAMINATION OF SOLOW'S GROWTH MODEL WITH APPLICATIONS TO CAPITAL MOVEMENTS - Nensiro Saavedra Rivano - 1990 (esgotado)
165. THE PUBLIC CHOICE SEDITION: VARIATIONS ON THE THEME OF SCIENTIFIC WARFARE - Antonio Maria da Silveira - 1990 (esgotado)
166. THE PUBLIC CHOICE PERSPECTIVE AND KNIGHT'S INSTITUTIONALIST BENT - Antonio Maria da Silveira - 1990 (esgotado)
167. THE INDETERMINATION OF SENIOR - Antonio Maria da Silveira - 1990 (esgotado)
168. JAPANESE DIRECT INVESTMENT IN BRAZIL - Nensiro Saavedra Rivano - 1990 (esgotado)
169. A CARTEIRA DE AÇÕES DA CORRETORA: UMA ANÁLISE ECONÔMICA - Luiz Guilherme Schymura de Oliveira - 1991 (esgotado)
170. PLANO COLLOR: OS PRIMEIROS NOVE MESES - Clovis de Faro - 1991 (esgotado)
171. PERCALÇOS DA INDEXAÇÃO EX-ANTE - Clovis de Faro - 1991 (esgotado)
172. NOVE PONTOS SOBRE O PLANO COLLOR II - Rubens Penha Cyane - 1991 (esgotado)

173. A DINÂMICA DA HIPERINFLAÇÃO - Fernando de Holanda Barbosa, Waldyr Muniz Oliva e Elvia Mureb Sallum - 1991 (esgotado)
174. LOCAL CONCAVIFIABILITY OF PREFERENCES AND DETERMINACY OF EQUILIBRIUM - Mario Rui Páscoa e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - maio de 1991 (esgotado)
175. A CONTABILIDADE DOS AGREGADOS MONETÁRIOS NO BRASIL - Carlos Ivan Simonsen Leal e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - maio de 1991 (esgotado)
176. HOMOETHETIC PREFERENCES - James Dow e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - 1991 (esgotado)
177. BARREIRAS A ENTRADA NAS INDÚSTRIAS: O PAPEL DA FIRMA PIONEIRA - Luiz Guilherme Schymara de Oliveira - 1991 (esgotado)
178. POUPANÇA E CRESCIMENTO ECONÔMICO - CASO BRASILEIRO - Mario Henrique Simonsen - agosto 1991 (esgotado)
179. EXCESS VOLATILITY OF STOCK PRICES AND KNIGHTIAN UNCERTAINTY - James Dow e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - 1991 (esgotado)
180. BRAZIL - CONDITIONS FOR RECOVERY - Mario Henrique Simonsen - 1991 (esgotado)
181. THE BRAZILIAN EXPERIENCE WITH ECONOMY POLICY REFORMS AND PROSPECTS FOR THE FUTURE - Fernando de Holanda Barbosa - Dezembro de 1991 (esgotado)
182. MACRODINÂMICA: OS SISTEMAS DINÂMICOS NA MACROECONOMIA - Fernando de Holanda Barbosa - Dezembro de 1991 (esgotado)
183. A EFICIÊNCIA DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA - Fernando de Holanda Barbosa - Dezembro de 1991 (esgotado)
184. ASPECTOS ECONÔMICOS DAS EMPRESAS ESTATAIS NO BRASIL: TELECOMUNICAÇÕES, ELETRICIDADE - Fernando de Holanda Barbosa, Manuel Jeremias Leite Caldas, Mario Jorge Pina e Hélio Lecluga Arteiro - Dezembro de 1991 (esgotado)
185. THE EX-ANTE NON-OPTIMALITY OF THE DEMPSTER-SCHAFER UPDATING RULE FOR AMBIGUOUS BELIEFS - Sérgio Ribeiro da Costa Werlang e James Dow - Fevereiro de 1992 (esgotado)
186. NASH EQUILIBRIUM UNDER KNIGHTIAN UNCERTAINTY: BREAKING DOWN BACKWARD INDUCTION - James Dow e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - Fevereiro de 1992 (esgotado)
187. REFORMA DO SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL E "CENTRAL BANKING" NA ALEMANHA E NA ÁUSTRIA - Rubens Penha Cysne - Fevereiro de 1992 (esgotado)
188. A INDETERMINAÇÃO DE SENIOR: ENSAIOS NORMATIVOS - Antonio Maria da Silveira - Março de 1992 (esgotado)
189. REFORMA TRIBUTÁRIA - Mario Henrique Simonsen - Março de 1992 (esgotado)

190. **HIPERINFLAÇÃO E O REGIME DAS POLÍTICAS MONETÁRIA-FISCAL** - Fernando de Holanda Barbosa e Elvia Mureb Sallum - Março de 1992 (esgotado)
191. **A CONSTITUIÇÃO, OS JUROS E A ECONOMIA** - Clovis de Faro - Abril de 1992 (esgotado)
192. **APLICABILIDADE DE TEORIAS: MICROECONOMIA E ESTRATÉGIA EMPRESARIAL** - Antonio Maria da Silveira - Maio de 1992 (esgotado)
193. **INFLAÇÃO E CIDADANIA** - Fernando de Holanda Barbosa - Julho de 1992
194. **A INDEXAÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA** - Fernando de Holanda Barbosa - Agosto de 1992
195. **A INFLAÇÃO E CREDIBILIDADE** - Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - Agosto de 1992
196. **A RESPOSTA JAPONESA AOS CHOQUES DE OFERTA 1973/1981** - Fernando de Holanda Barbosa - Agosto de 1992
197. **UM MODELO GERAL DE NEGOCIAÇÃO EM UM MERCADO DE CAPITAIS EM QUE NÃO EXISTEM INVESTIDORES IRRACIONAIS** - Luiz Guilherme Schymura de Oliveira - Setembro de 1992
198. **SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO: A NECESSIDADE DE REFORMA** - Clovis de Faro - Setembro de 1992
199. **BRASIL: BASES PARA A RETOMADA DE DESENVOLVIMENTO** - Rubens Penha Cysne - Outubro de 1992
200. **A VISÃO TEÓRICA SOBRE MODELOS PREVIDENCIÁRIOS: O CASO BRASILEIRO** - Luiz Guilherme Schymura de Oliveira - Outubro de 1992
201. **HIPERINFLAÇÃO: CÂMBIO, MOEDA E ÂNCORAS NOMINAIS** - Fernando de Holanda Barbosa - Novembro de 1992 (esgotado)
202. **PREVIDÊNCIA SOCIAL: CIDADANIA E PROVISÃO** - Clovis de Faro - Novembro de 1992
203. **OS BANCOS ESTADUAIS E O DESCONTROLE FISCAL: ALGUNS ASPECTOS** - Sérgio Ribeiro da Costa Werlang e Armínio Fraga Neto - Novembro de 1992 (esgotado)
204. **TEORIAS ECONÔMICAS: A MEIA-VERDADE TEMPORÁRIA** - Antonio Maria da Silveira - Dezembro de 1992
205. **THE RICARDIAN VICE AND THE INDETERMINATION OF SENIOR** - Antonio Maria da Silveira - Dezembro de 1992
206. **HIPERINFLAÇÃO E A FORMA FUNCIONAL DA EQUAÇÃO DE DEMANDA DE MOEDA** - Fernando de Holanda Barbosa - Janeiro de 1993
207. **REFORMA FINANCEIRA - ASPECTOS GERAIS E ANÁLISE DO PROJETO DA LEI COMPLEMENTAR** - Rubens Penha Cysne - fevereiro de 1993.
208. **ABUSO ECONÔMICO E O CASO DA LEI 8.002** - Luiz Guilherme Schymura de Oliveira e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - fevereiro de 1993.

209. ELEMENTOS DE UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA
BRASILEIRA - Antonio Salazar Pessoa Brandão e Eliseu Alves - Fevereiro de 1993

000058774

